**A INCLUSÃO DO ALUNO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR**

 Geolange Carvalho Ferreira¹

**RESUMO**

Pensando nas relações entre os deficientes e a educação brasileira, este artigo tem como objetivo no primeiro momento contextualizar a Educação Especial no Brasil, a implementação de políticas educacionais desde o assistencialismo até a inclusão, assim como as nuances que a mesma contornou até chegar aos dias atuais com seus avanços e retrocessos, evidenciando a definição e os princípios que fundamentam a escola inclusiva, o papel da sociedade, confrontando-a para um olhar mais atencioso e com menos impedimentos à sua efetivação prática com as parcerias integradas ao processo de inclusão eliminando todo pensamento de impossibilidade e oportunizando propostas para que a educação inclusiva aconteça realmente. Nesta perspectiva, este artigo será baseado na pesquisa bibliográfica delineando construções teóricas condizentes a realidade atual.

**Palavras Chave**: Educação.Especial.Deficiência.Inclusão.

 **SUMMARY**

Thinking about the relationship between the disabled and the Brazilian education, this article aims at first contextualize the Special Education in Brazil, the implementation of educational policies from welfare to the inclusion, as well as the nuances that it bypassed to reach the day current with its advances and setbacks, showing the definition and principles that underlie the inclusive school, the role of society, comparing it to a more attentive look with fewer impediments to its practical realization with integrated partnerships to the inclusion process eliminating all thought impossible and providing opportunities proposals for inclusive education really happen. In this perspective, this article will be based on literature outlining theoretical constructs consistent with current reality.

**Keywords**: Educação.Especial.Deficiência.Inclusão.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

¹ Pós-graduada em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade FAPAF. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenadora Pedagógica pela Secretaria Municipal de Araguaina no Tocantins.

1. **INTRODUÇÃO.**

A escolha dessa temática partiu do interesse em compreender todo o processo da inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

O objetivo principal é construir raízes reflexivas e práticas em prol de uma escola democrática, na qual as necessidades educacionais específicas de todos os alunos sejam atendidas. Pretende-se mergulhar com intensidade nas muitas possibilidades de fazer o portador de algum tipo de deficiência usufruir de todos os seus direitos e como tal seja aceito e valorizado. O presente artigo refuta vários momentos intrigantes que vai desde a contextualização histórica, passando pela compreensão do conceito de educação inclusiva e a sua prática propriamente dita em articulação com parcerias importantes dentro deste processo. Tentar-se-á fazer relações entre a teoria e a prática abrindo assim caminhos de possibilidades para a efetivação da educação inclusiva.

Assim sendo, definiu-se sua extensão e profundidade. Foi importante traçar os objetivos claramente estabelecidos a fim de que as fases posteriores da pesquisa se processassem de maneira satisfatória. Portanto, no primeiro momento será apresentando um recorte histórico, como já foi escrito antes, evidenciando a educação especial no Brasil, suas fases do desenvolvimento histórico, que vai desde a implantação das políticas educacionais até o processo democrático de inclusão culminando com uma nova definição para a educação inclusiva. Dando sequência, será abordado o princípio fundamental das escolas inclusivas pautado numa aprendizagem em que todos os alunos aprendam juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem, sublinhando o reconhecimento da educação inclusiva em satisfazer as necessidades diversas dos alunos, adaptando-os aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação envolvendo as parcerias de multiprofissionais em comunhão com a comunidade escolar.

Vale sublinhar, a importância do movimento de Inclusão Social, visto que esse movimento busca ir muito além do atendimento aos portadores de deficiência; ele visa um modelo de sociedade que aceita a inclusão de todos como sujeitos de sua autonomia, na manutenção de suas crenças, valores e individualidade. Nessa competência está inserido o professor, convocado a uma intervenção técnica, política, nos debates sociais e culturais. Feita esta caminhada é salutar que se discorra também sobre as políticas públicas recorrentes a esta, assim como, compreender como está sendo organizada, tanto em termos já avançados, como derrotas já sofridas.

Convém evocar a visão que pais, professores e a sociedade como um todo tem sobre a função social da escola. Até que ponto a escola está preparada para trabalhar a educação especial de forma integrada e inclusiva atendendo aos anseios de toda a comunidade, onde todos entendam sua importância neste processo de desenvolvimento integral. Para tanto, é fundamental conhecer as articulações da teoria com a prática no sentido de facilitar, direcionar, instigar o papel do professor para uma proposta pedagógica que pode dar certo, evidenciando claramente o passo a passo do desenvolvimento do aluno portador de deficiência considerando de fundamental importância as parcerias integralizadas no processo de inclusão.

Cabe ressaltar que todas as tentativas de compreensão desta temática por mais profundas que sejam, ainda sim, serão limitadas por se acreditar que muito ainda há de ser feito, discutido, deliberado e finalmente concretizado. A esperança não cessará a vontade de avançar por mais paradoxal que seja, porém é forte a vontade de mudar, de transformar as inquietações em que muitos ainda manifestam frente a esta realidade.

# **2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL:** desenvolvimento histórico.

# 2.1 A implementação de políticas educacionais do caráter assistencial até a inclusão.

Atualmente, nos diversos contextos sociais, principalmente no espaço educacional, uma questão é latente: como acolher as diferenças. Para um educador não tem nada mais desafiador do que fazer uma educação realmente inclusiva. Mas para esse desafio ser alcançado é importante compreender a história da educação especial no Brasil.

Conhecer um pouco de todo o processo encaminhado aos portadores de necessidades educacionais especiais ao longo da história da humanidade, desde os tempos antigos até os dias atuais, além de compreender como aconteceu o surgimento e a evolução da educação especial em todo o mundo nos possibilita observar em que momento deixamos de evoluir neste processo. Pois bem, na Idade Antiga e Média, por exemplo, quando as crianças nasciam com algum tipo de deficiência não eram merecedoras de nenhuma regalia, ou seja, não recebiam qualquer tipo de atendimento, eram de fato negligenciadas e lamentavelmente condenadas ao abandono. Isso só acontecia porque era uma época onde se considerava o adulto saudável e forte conforme relata Giles, citado por Emmel (2002), principalmente na Grécia Antiga, onde era visada a formação militar em defesa da Pátria e o êxito nos jogos. Desse mesmo modo, pensavam os espartanos, ou as crianças nasciam sadias e fortes ou infelizmente eram condenados ao abandono eterno.

Já na Roma Antiga, o tratamento aos deficientes era colocado em juízo, para que se decidisse se a criança deveria continuar viva ou morrer, caso fosse diagnosticado qualquer anomalia. O que se percebe com o passar dos anos, que as práticas de abandono, negligência e intolerância voltadas as pessoas com deficiência eram muito comuns e aconteceram em muitas regiões. Mas com o advento do cristianismo na Idade Média essas práticas tomaram outra conotação. O deficiente passa a ser visto como criatura divina e como tal, deveria ser aceito e amado por todos, em contrapartida, este indivíduo passa a ser cobrado em atitudes éticas e religiosas por essa nova concepção de pensamento. Os anos foram passando e os estudos sobre as deficiências forma sendo aprimoradas, de acordo com Mazzotta (2005), o médico e educador Edouard Seguin (1812-1880) que disseminou as ideias em defesa dos direitos dos deficientes.

Outro importante nome de destaque na evolução da educação especial foi a Maria Montessori (1870-1956), segundo Mazzotta (2005), ela contribuiu significamente ao desenvolver um programa de treinamento para crianças com deficiência mental nos internatos de Roma. Diante do exposto, o que se pode pensar é que o processo de conquista de direitos às pessoas com algum tipo de deficiência foi muito lento, assim como as oportunidades educacionais.

Quanto ao Brasil, duas vertentes pedagógicas ganharam destaque: a médico-pedagógica, onde as decisões, tanto relacionadas com o diagnóstico quanto com às práticas escolares eram subordinadas ao médico e a psicopedagógica, a maior ênfase era dada aos princípios psicológicos, embora o papel do médico ainda sim, fosse demasiadamente importante. Mesmo sobre a forte influência dessas duas vertentes, deve-se considerar também o aspecto político como forte impulsionador da legalização da educação especial no Brasil. A mencionar tem-se a promulgação da Lei nº 4.024, de 1961 que aborda de forma explícita dois artigos sobre a educação das pessoas com deficiência e que mais tarde vem ser revogada pela Lei nº 9.394/1996.

# 2.2. Educação Inclusiva: definições e redefinições sem demagogias.

Na atualidade, não se aceita mais a exclusão, o mundo da informação vem gerando canais de interação social capazes de movimentar multidões em prol dos seus direitos. O espírito de indignação, do não conformismo, da não aceitação e do “basta! ” tem gritado cada vez mais forte pelo direito da igualdade e pela equiparação de oportunidades. Na área da educação prevalece o movimento da inclusão escolar na tentativa de garantir os direitos já conquistados e os que estão por vir.

Para garantir direitos é de suma importância conhecê-los e para tanto vale sublinhar o conceito de inclusão e como este tem sido construído nas instâncias educacionais e na própria sociedade. Segundo Karagiannis, Staibcnback e Stainback (1999, p.21) a inclusão escolar está definida como “ a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”. Observa-se que esta definição se baseia numa visão multidimensional, onde se deve criar muitas oportunidades de experiências em contextos reais preparando melhor para uma vida em sociedade.

Um outro conceito bem interessante acerca da inclusão é apresentado por Carvalho (2005, p.15). Segundo ele, a inclusão escolar deve:

Ser entendida como princípio (um valor) e como processo contínuo e permanente. Não deve ser concebida como um preceito administrativo, dado “a priori”, que leva a estabelecer datas, a partir das quais as escolas passam a ter o estado de inclusivas, em obediência à hierarquia do poder ou a pressões ideológicas.

 Observa-se nestes dois conceitos a palavra inclusão está atrelada a processo prático contínuo e permanente, com a finalidade de se alcançar progressos sucessivos. A preocupação está em equiparar as condições de oportunidades, isto é, só haverá educação inclusiva se for reestruturada nas instâncias sociais e não ficar restrita apenas a sala de aula, dessa forma temos um conceito sem demagogias.

**3.** **O PAPEL DA ESCOLA INCLUSIVA**

# 3.1 Princípio fundamental da escola inclusiva

Interessante ressaltar que atualmente é cada vez mais frequente as discussões entre pesquisadores da área da educação especial e também entre os profissionais envolvidos com a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Aparentemente parece ser um assunto novo, no entanto, é antigo e demanda discussões urgentes para que o aparato legal como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE nº 02, de 11 de setembro de 2001)\* , as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)\*\*, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001)\*\*\* e outros que legitimam esta temática a ser de fato efetivada. Salend (2008) é citada por Silva (2010) ao apresentar os quatro princípios fundamentais a serem seguidos baseado na legislação para que a inclusão escolar bem-sucedida seja alcançada. São elas: Acesso para todos os alunos; aceitação dos pontos fortes e desafiadores; práticas reflexivas; instruções diferenciadas; noções de comunidade e colaboração. Se forem seguidos esses princípios, segundo Salend (2008) será oportunizado um ambiente adequado para suprir as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e mais, a escola precisa rever sua estrutura, refletir sobre as novas formas de implementar e desenvolver o currículo, transmitir conteúdos e propor atividades.

Assim sendo, a contribuição de Salend (2008) ultrapassa os “muros da exclusão” e caminha com toda força para o sucesso da inclusão escolar e, sobretudo, caminha para a igualdade de oportunidade para todos os alunos, não só para aqueles portadores de necessidades educacionais especiais. Segundo Silva (2010), a inclusão escolar pode ser considerada como efetiva se for oferecida a igualdade de oportunidades para todos. Como vimos, vários documentos foram escritos e publicados com a finalidade de firmar compromisso para garantir os direitos da pessoa com deficiência, assegurando que esta tem os mesmos direitos humanos e liberdade fundamentais.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\* Para ver as diretrizes na integra: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolução2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolu%C3%A7%C3%A3o2.pdf).

\*\* Para consultar a Lei 9394/1996 na integra: <http://planaltol.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9394.htm>>

\*\*\* Para consultar a Lei nº 10.172/2001 na integra, acesse o site: http://planaltol.gov.br/ccivil\_03/leis

Como vimos, vários documentos foram escritos e publicados com a finalidade de firmar compromisso para garantir os direitos da pessoa com deficiência, assegurando que esta tem os mesmos direitos humanos e liberdade fundamentais que as demais pessoas preconizando acerca dos princípios da escola inclusiva. Pode-se pensar que a escola verdadeiramente inclusiva é aquela que acolhe, integra, compreende as especificidades de cada aluno e, sobretudo, celebra uma prática pedagógica totalmente preocupada com a inclusão, onde os profissionais da educação adotam uma postura democrática baseada nas necessidades, nas potencialidades e nos interesses dos estudantes compreendendo-os na sua totalidade. Para tanto, uma preocupação primária seria a dinâmica de construir mais cursos de formação que ensinem aos futuros professores a lidar com a diversidade atualmente assistida nas salas de aula.

3.3 O papel da sociedade: por mais atenção e menos impedimentos

Pensar a efetivação da inclusão parece uma tarefa difícil, mas para vencer as muitas barreiras da exclusão é preciso desmistificar muitos preconceitos já inculcados em nossa sociedade. Ao nos depararmos com as muitas leituras acerca desta temática nos parece um tanto confuso. A mesma sociedade que luta e defende a igualdade de direitos, o respeito às diferenças, o reconhecimento da diversidade cultural, por outro lado, tem-se esta mesma sociedade marcada pelo jogo de interesses políticos para a manutenção do modelo ora vigente. Uma luta quase perdida se for pensada nas muitas barreiras existentes, até porque custa caro aos cofres públicos realizar a inclusão escolar na prática. Mas, se a sociedade se organiza, é possível derrubar essas práticas autoritárias e lutar através do poder argumentativo em prol das práticas de inclusão.

Muitos estudiosos como Plaisance (2005), Pires (2006), Marchesi e Martin (1995) falam em seus escritos sobre os impedimentos e sobre os benefícios da inclusão escolar. Mencionam a resistência das escolas em aceitar a inclusão, da dificuldade em adaptar os alunos com necessidades educacionais especiais a rotina da escola, dos interesses políticos como já foi mencionado anteriormente, enfim, dos muitos entraves que dificultam a efetivação da inclusão escolar. Porém, em contrapartida estes estudiosos afirmam em dizer que vale a pena lutar para que cada obstáculo seja superado em vista dos benefícios obtidos com a escolarização dos alunos especiais nas salas comuns das escolas regulares.

A proposta é, então, a de que se direcione o discurso da inclusão nos pontos em que essa se manifeste tendenciosamente à segregação. Essa realidade faz com que a igualdade de direitos seja preservada e defendida por argumentos cada vez mais contundentes de maneira justa.

# **4. POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:** articulações da teoria com a prática

4.1 O papel do professor: acreditando numa pedagogia que dar certo

A inclusão escolar é uma temática que mesmo em pleno século XXI, ainda demanda muitas discussões que devem ser priorizadas no âmbito da escola, de preferência nas formações de professores, onde se aposta muito numa pedagogia que pode vir a tornar-se o “carro chefe” de todo o processo de inclusão. Para tanto, o professor bem preparado para trabalhar a inclusão escolar deverá fazer uso de estratégias metodológicas diversificadas de maneira que o conteúdo seja transmitido e apreendido por todos os alunos, cada um com suas especificidades.

Blanco (2004) é um estudioso muito positivo. Ele dar ricas sugestões aos professores de como fazer para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais. É preciso colocar em prática a cooperação, principalmente no momento de aplicação das atividades pedagógicas, oferecer atividades diversificadas, oferecer o máximo de oportunidades possíveis, mesmo sabendo das muitas limitações que ainda percorrem no espaço educativo. É extremamente possível construir pensamento positivo, acreditar de verdade. Não aceitar o indivíduo portador de necessidades educacionais especiais como ele é, mas, sobretudo, oferecer, enquanto professor condições para ele vencer suas próprias limitações. Não se trata aqui de um discurso demagógico, mas sim, um discurso das possibilidades com coerência e responsabilidade.

Fazendo a pesquisa bibliográfica desta temática, pode-se perceber em alguns discursos teóricos como por exemplo o do professor Paulo Ross da Universidade Federal do Paraná, doutor em Educação Especial que diz não ser necessário apenas a construção de rampas físicas, mas é necessário também construir rampas pedagógicas, onde seja possível encorajar o bom relacionamento entre os alunos, incentivando estes a respeitar, a valorizar e a acolher as diferenças. Tem-se a exemplo atividades de leitura para os alunos, nos quais os personagens principais apresentam alguma característica que os diferencie dos demais, outra rama pedagógica pode ser a discussão sobre o respeito às diferenças e de como se pode lidar com sentimentos negativos. Outro exemplo de grande valia são as dinâmicas de sensibilização que permitem ao aluno colocar-se no lugar de seu colega com algum comprometimento. O interessante desta pesquisa é observar as muitas possibilidades de aprendizado tanto para quem é um profissional que está diretamente ligado a pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais como para os próprios portadores de alguma deficiência.

4.2 Parcerias integralizadas no processo de educação inclusiva

Na concepção de muitos especialistas da área da educação especial acreditam veemente que a parceria com a família é de suma importância. Isso é colocada porque a família é um grupo social de pequena grandeza, porém os membros pertencentes a estas têm contato direto entre si, estão ligados intimamente por laços emocionais, além de compartilharem uma história de vida, sejam elas positivas ou negativas.

Segundo especialistas da área, é por meio desta parceria, que a família fica mais bem informada em relação aos seus direitos, responsabilidades e recursos, mais esclarecidas sobre a deficiência da criança ou do jovem, além do mais tem a oportunidade de aprender e ensinar habilidades e a manter as que já foram aprendidas. No caso dos profissionais, estes podem adquirir mais conhecimento sobre as características positivas e as necessidades da família e da criança.

Segundo relatórios lidos no Departamento da Educação Especial da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) de Araguaína, em 2010, na Escola Municipal Casemiro, localizada no Setor Urbano desta, eram atendidos cerca de oito alunos portadores de necessidades especiais. Estes por sua vez, eram acompanhados diariamente pela professora-assistente Andrelina Cruz, cujo trabalho era minunciosamente planejado junto ao professor-regente do ensino regular. A mesma ao desenvolver seu planejamento tinha toda uma preocupação em preparar atividades diferenciadas para seus alunos especiais. No ato da matrícula, ao receber a criança acompanhada de seus pais até seu desenvolvimento durante as atividades, é feito o registro em cada caderno dos respectivos alunos especiais, as reuniões de acompanhamento com os familiares destes e por fim o relatório final de cada aluno. Percebe-se a grandeza e a sensibilidade de cada profissional envolvido neste processo de inclusão.

Vale sublinhar também que mediante as especificidades diagnosticadas nos alunos atendimentos era possível encaminhá-los, caso necessário, a outros profissionais, ou até mesmo a equipe multidisciplinar disponibilizada pela SEMED. Um trabalho árduo, porém, gratificante, onde uma vez por mês são realizados cursos de aperfeiçoamento voltados para a educação especial, assim como também dentro deste período a equipe gestora convocava os pais para comparecerem a uma reunião descontraída com a finalidade de firmar uma forte parceria em favor do filho portador de necessidades especiais.

Silva (2010) ao citar as contribuições de Paniagua (2004, p. 338) descreve muitos modelos de relações entre os profissionais que podem intervir junto aos familiares no desenvolvimento dos seus filhos portadores de necessidades educacionais especiais. As que merecem destaque são: o modelo de expert, onde os profissionais são pessoas que detêm o conhecimento sobre a criança e, portanto, devem ter o poder de decisão sobre as possíveis medidas a serem tomadas, restando aos pais confiarem e também contribuírem com o trabalho dos especialistas. Uma proposta plausível que resultará em intervenções bastante promissoras.

Outro modelo de destaque é o do usuário, onde será de suma importância atender as prioridades dos pais, assim como ajudá-los a desenvolver estratégias para se adaptar a deficiência do filho (a). Dessa forma, os pais assumem papel de protagonistas no processo de adaptação e de respostas às necessidades dos seus filhos. Interessante conhecer este modelo, uma vez que o mesmo procura soluções consensuais entre a família e os multiprofissionais, no sentido de auxiliá-los na relação cada vez mais saudável e eficaz como os familiares. No geral, é que cada vez mais importante trocar informações entre profissionais e familiares, usando de vários mecanismos tais como: conversas informais, carta-convite, encontros, entrevistas e a trivial reunião de pais.

Não se pode deixar de mencionar o quanto é necessário que as famílias apresentem conhecimento sobre os serviços prestados pelos órgãos competentes em apoio aos portadores de necessidades especiais, e, sobretudo, assumam verdadeiramente seu papel de personagem principal na novela da vida de um filho portador de algum tipo de deficiência. Não há tempo mais para desculpas. O tempo urge em favor de quem muito necessita para viver com autonomia e motivação.

# **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, pode-se perceber, através das bibliografias estudadas, que ainda falta muito caminho a percorrer para que a Educação Especial no Brasil esteja condizente ao que consta nos documentos legais. A inclusão escolar precisa acontecer de fato, a luta pelo seu reconhecimento não é de hoje, foi de ontem e será de amanhã até ser efetivada como deve ser. Seria muito oportuno rever alguns conceitos em relação à diversidade em sala de aula, evitando as rotulações e discriminações e acima de tudo isso repudiar qualquer tipo de julgamento errôneo e irresponsável. Com essa postura será caracterizada a escola inclusiva.

A medida que esta escola venha possibilitar inovações curriculares e permita que o aluno portador de necessidades educacionais especiais seja avaliado em suas competências, dando-lhe espaços de manifestação de seu saber, relacionando-os com sua rotina diária. Desse modo, o aprender pode acontecer espontaneamente, de forma prazerosa e até significativa. Não precisamos fechar as portas para as impossibilidades, ao contrário, precisamos abrir as portas para todas as oportunidades, mesmo que estas não tragam resultados satisfatórios, o que vale são as tentativas de quebrar com as práticas da exclusão, da desmarginalização.

Conviver com a diversidade é estar atento as múltiplas possibilidades, respeitando os limites de cada um. Portanto, a leitura deste artigo nos permite compreender os avanços e também os retrocessos desta temática, assim como nos permite repensarmos sobre nossa atuação enquanto profissionais da educação. A luta é em favor da inclusão, da escola democrática, de mais ganhos, além dos que já foram conquistados, de mais tolerância, de mais respeito às diferenças. Não foi intencionado neste artigo criar palavras distantes, ou tampouco um discurso utópico ou demagógico. Não! O que se pretende de fato é fazer acontecer e para tanto deixo registrado não uma consideração finalizada, mas uma questão fundamental: que lugar estou colocando ou oferecendo ao outro que é diferente de nós?

# **REFERÊNCIAS**

BLANCO, R. **A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo**. In: COLL,C, MARCHESI, A. PALACIOS, J.A. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação:** transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva:** do que estamos falando? Cadernos da Educação Especial, Santa Maria, nº 26, p. 15-26, 2005

EMMEL, M.L.G. Deficiência Mental. In: Palhares, M.S.; MARINS, S.C.F (Org.). Escola inclusiva. São Carlos: Ed. Da UFSCar, 2002. p. 141-153.

KARAGIANNIS, A.; STAIBCNBACK, W.; STAINBACK, S.; Fundamentos do Ensino Inclusivo. In: STAIBCNBACK, W.; STAINBACK, S.; (org.). **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 21-34.

MAZZOTTA, M. J. dá S. **Educação Especial no Brasil:**História e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCHESI, A.; MARTIN, E. **Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais**. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. P. 7-28.

PLAISANCE, E. **Sobre a inclusão**: do moralismo abstrato à ética real. 2005. Disponível em: [http://cenp.edunet.sp.gov.br/Cape\_new/textos/6.doc>.Acesso](http://cenp.edunet.sp.gov.br/Cape_new/textos/6.doc%3E.Acesso) em 06 fev. 2016.

PIRES, J. Por uma ética na inclusão. In: MARTINS, L.A.R.; PIRES, G.N.L.; MELO, F.R.L.V. (Org.). Inclusão: compartilhando saberes. Rio de Janeiro: Vozes, 2006

SANTOS, E.F.R.R. **Atendimento às famílias de deficientes**: uma análise das propostas institucionais a partir dos relatos de profissionais que atuam na área. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993.

SALEND, S.J. Creating Inclusive classrooms: effective and reflective practices. 6. Ed. New Jersey: Prentice Hall, 2008.

SILVA, A. M. da. **Educação especial e inclusão escolar:** história e fundamentos. Curitiba: Ibpex, 2010. (Série Inclusão Escolar).